

CONCURSO PÚBLICO

006. PROVA OBJETIVA

AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO | ESPECIALIDADE: CIÊNCIAS JURÍDICAS

- Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 100 questões objetivas.
- Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala para a devida substituição desse caderno.
- Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- A duração da prova é de 5 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração da prova.
- Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno.
- Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

Nome do candidato _____

RG _____

Inscrição _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto para responder às questões de números **01** a **12**.

Hora do pesadelo

O carnaval de rua veio para ficar. O número de blocos autorizados pela Prefeitura de São Paulo a desfilar entre os dias 15 de fevereiro e 1º de março chegou a 644, 180 a mais do que no ano passado. Haverá 678 desfiles em cerca de 400 pontos da cidade. São dados que mostram a potência econômica e turística desse evento para a cidade. Dessa forma, cabe às autoridades competentes cuidar para que um acontecimento dessa magnitude transcorra da maneira mais tranquila possível, não apenas para os milhares de participantes mas também para os que, malgrado não queiram participar da festa, são obrigados a conviver com seus efeitos mais danosos – sejam as interdições que obrigam moradores a alterar drasticamente sua rotina de deslocamentos, seja a incivilidade de muitos dos foliões.

O potencial econômico dos desfiles carnavalescos ajuda a explicar o exponencial crescimento dos blocos e a atração de cada vez mais turistas. Esse gigantismo pode representar ganhos para a cidade, mas é um enorme desafio para a Prefeitura. A julgar pela experiência dos anos anteriores, o ambiente para os foliões tem sido em geral satisfatório. O problema é que a Prefeitura tem sido incapaz de oferecer o mesmo tratamento àqueles – grande maioria – que não estarão nos desfiles. Para estes, o carnaval é a hora do pesadelo, que vem se tornando mais tétrico a cada ano que passa.

Mais blocos e mais desfiles pela cidade significam mais sujeira, mais barulho, mais ruas fechadas. Paulistanos tornam-se reféns dentro de suas próprias casas, tendo de suportar, dia e – principalmente – noite, a algazarra de foliões que estendem a festa até altas horas, fazendo seu carnaval particular em local público.

Ao mesmo tempo que aceita e estimula a expansão do carnaval de rua na cidade, a Prefeitura tem demonstrado escassa capacidade para coibir o comportamento selvagem dos que abusam do direito de se divertir na festa. Mas as vítimas desse descaso começam a reagir.

Um abaixo-assinado de moradores da Vila Leopoldina levou a Prefeitura a desistir de incluir a Avenida Gastão Vidigal, a principal do bairro, no circuito dos blocos. Os moradores disseram que “a região não é servida por metrô e a extensão da avenida não comporta grandes multidões”. Além disso, “a estrutura de forças de segurança local não comporta eventos dessa magnitude” e “haverá multidões apertadas no calor”, com “barulho, sujeira, urina e vandalismo”, sem falar no cerceamento do direito de ir e vir e no prejuízo ao comércio – que inclui a Ceagesp.

A Prefeitura aparentemente aceitou parte dos argumentos, ao dizer que cancelou o desfile na Avenida Gastão Vidigal “por motivo de organização e otimização dos espaços públicos”. A vitória dos moradores da Vila Leopoldina é um alento para os paulistanos que se sentem destituídos de sua condição de cidadãos durante o carnaval – período no qual, para muitos, a lei e as regras de civilidade deixam de valer.

(Editorial, “Hora do pesadelo”. <https://opiniaio.estadao.com.br>. 16.02.2020. Adaptado)

- 01.** Analisando-se o título do texto, conclui-se corretamente que o editorial foi elaborado para enfatizar a perspectiva
- (A) dos paulistanos prejudicados pela Prefeitura, que desistiu “de incluir a Avenida Gastão Vidigal no circuito dos blocos”, pontuando-se ao longo dele que o turismo no carnaval paulistano não cresce, apesar dos contínuos estímulos da Prefeitura.
 - (B) das pessoas contrárias à ideia de que o carnaval “vem se tornando mais tétrico a cada ano que passa”, pontuando-se ao longo dele que o carnaval é uma festa popular que deveria ser banida da cidade de São Paulo.
 - (C) da Prefeitura, que está preocupada com “a potência econômica e turística desse evento para a cidade”, pontuando-se ao longo dele que os cidadãos paulistanos suportam o carnaval em razão dos benefícios culturais e econômicos.
 - (D) dos turistas que vão a São Paulo, onde os desfiles “significam mais sujeira, mais barulho, mais ruas fechadas”, pontuando-se ao longo dele que as festas populares, como o carnaval, ano a ano, expõem os cidadãos à violência.
 - (E) dos paulistanos “que se sentem destituídos de sua condição de cidadãos durante o carnaval”, pontuando-se ao longo dele que a Prefeitura de São Paulo estimula um evento de grande proporção que não tem como gerir plenamente.
- 02.** Assinale a alternativa em que, nos dois trechos transcritos do texto, predomina a sequência tipológica argumentativa.
- (A) O número de blocos autorizados pela Prefeitura de São Paulo a desfilar entre os dias 15 de fevereiro e 1º de março chegou a 644... (1º parágrafo); Os moradores disseram que “a região não é servida por metrô e a extensão da avenida não comporta grandes multidões”... (5º parágrafo).
 - (B) Dessa forma, cabe às autoridades competentes cuidar para que um acontecimento dessa magnitude transcorra da maneira mais tranquila possível... (1º parágrafo); A vitória dos moradores da Vila Leopoldina é um alento para os paulistanos que se sentem destituídos de sua condição de cidadãos durante o carnaval... (6º parágrafo).
 - (C) Mais blocos e mais desfiles pela cidade significam mais sujeira, mais barulho, mais ruas fechadas. (3º parágrafo); ... 180 a mais do que no ano passado. Haverá 678 desfiles em cerca de 400 pontos da cidade. (1º parágrafo).
 - (D) Um abaixo-assinado de moradores da Vila Leopoldina levou a Prefeitura a desistir de incluir a Avenida Gastão Vidigal, a principal do bairro, no circuito dos blocos. (5º parágrafo); ... e “haverá multidões apertadas no calor”, com “barulho, sujeira, urina e vandalismo”... (5º parágrafo).
 - (E) A Prefeitura aparentemente aceitou parte dos argumentos, ao dizer que cancelou o desfile na Avenida Gastão Vidigal “por motivo de organização e otimização dos espaços públicos”. (6º parágrafo); Os moradores disseram que “a região não é servida por metrô e a extensão da avenida não comporta grandes multidões” (5º parágrafo).

03. No editorial, quando se afirma que a Prefeitura não dá o mesmo tratamento a todos os cidadãos, chama-se a atenção para o fato de que a Administração Pública

- (A) vem aceitando, amiúde, as demandas daqueles que veem com reservas o carnaval, o que implica deixar de lado os cidadãos e turistas que se divertem com essa festa, atitude que pode, inclusive, comprometer os cofres públicos, com diminuição de receita, além do possível desgaste político que esse procedimento implica.
- (B) proporciona um evento de grande proporção e alcance, esperado pelos cidadãos do país com ansiedade, não tendo condições, entretanto, de garantir que todos os paulistanos se divirtam durante essa festa popular, coibindo que ela se estenda durante a madrugada e limitando, cada vez mais, os espaços públicos para sua realização.
- (C) atende, de forma mais diligente, àqueles que estão envolvidos com a folia de carnaval, preocupada em fortalecer o potencial econômico e turístico desse evento na cidade, deixando em segundo plano a maioria da população paulistana, que fica à mercê dos aspectos negativos da festa, pois não compartilha a diversão.
- (D) tem colocado como prioridade os benefícios econômicos e políticos decorrentes dos eventos populares, capitalizando o carnaval como uma festa que serve à diversão do paulistano e dos turistas e passa a integrar a agenda de interesses de grupos altamente comprometidos com o bem-estar da população em geral.
- (E) sente dificuldade para valer-se dos seus interesses econômicos para capitalizá-los politicamente, razão pela qual se cria um vácuo nessa gestão de tal forma que nem os foliões paulistanos nem os turistas acabam se divertindo com o carnaval; da mesma sorte, nem aqueles que querem descansar e ser respeitados conseguem isso.

04. Nos processos de construção textual, identifica-se locução conjuntiva articulando duas orações com sentido de adição na passagem:

- (A) Dessa forma, cabe às autoridades competentes cuidar para que um acontecimento dessa magnitude transcorra da maneira mais tranquila possível... (1º parágrafo)
- (B) ... não apenas para os milhares de participantes mas também para os que, malgrado não queiram participar da festa, são obrigados a conviver com seus efeitos mais danosos... (1º parágrafo)
- (C) Esse gigantismo pode representar ganhos para a cidade, mas é um enorme desafio para a Prefeitura. (2º parágrafo)
- (D) ... a algazarra de foliões que estendem a festa até altas horas, fazendo seu carnaval particular em local público. (3º parágrafo)
- (E) A vitória dos moradores da Vila Leopoldina é um alento para os paulistanos que se sentem destituídos de sua condição de cidadãos durante o carnaval... (6º parágrafo)

05. Analise as passagens do texto:

- ... cabe às autoridades competentes cuidar para que um acontecimento dessa **magnitude** transcorra da maneira mais tranquila possível, não apenas para os milhares de participantes, mas também para os que, **malgrado** não queiram participar da festa... (1º parágrafo)
- O potencial econômico dos desfiles carnavalescos ajuda a explicar o **exponencial** crescimento dos blocos... (2º parágrafo)
- A vitória dos moradores da Vila Leopoldina é um **alento** para os paulistanos... (6º parágrafo)

Os termos destacados significam, correta e respectivamente:

- (A) importância; não obstante; expressivo; ânimo.
- (B) inexpressividade; conquanto; absurdo; alegria.
- (C) grandeza; por conseguinte; acentuado; certeza.
- (D) desprendimento; ainda que; relativo; esperança.
- (E) complexidade; à medida que; significativo; temor.

06. De acordo com a norma-padrão, a organização sintática e o emprego dos sinais de pontuação estão adequadamente atendidos em:

- (A) Com 180 blocos a mais do que em 2019, o carnaval de rua de São Paulo, contará com 678 desfiles em cerca de 400 pontos da cidade.
- (B) Já que é um evento com milhares de participantes é comum que, ocorram as interdições que obrigam os moradores a alterar sua rotina de deslocamentos.
- (C) Dia e noite, paulistanos tornam-se reféns em suas próprias casas, tendo de suportar, a algazarra de foliões, que estendem a festa até altas horas.
- (D) O ambiente para os foliões, sejam eles cidadãos da cidade ou turistas, julgando-se pela experiência dos anos anteriores, tem sido em geral satisfatório.
- (E) Elaborado por moradores da Vila Leopoldina o abaixo-assinado levou a desistir de incluir a Prefeitura no circuito dos blocos, a avenida principal do bairro.

07. As informações textuais que expressam sentido entre si, respectivamente, de causa e efeito estão em:

- (A) O número de blocos autorizados pela Prefeitura de São Paulo a desfilarem entre os dias 15 de fevereiro e 1º de março chegou a 644... (1º parágrafo)
- (B) A julgar pela experiência dos anos anteriores, o ambiente para os foliões tem sido em geral satisfatório. (2º parágrafo)
- (C) Mais blocos e mais desfiles pela cidade significam mais sujeira, mais barulho, mais ruas fechadas. (3º parágrafo)
- (D) ... a Prefeitura tem demonstrado escassa capacidade para coibir o comportamento selvagem... (4º parágrafo)
- (E) Os moradores disseram que “a região não é servida por metrô e a extensão da avenida não comporta grandes multidões”. (5º parágrafo)

08. Identifica-se linguagem conotativa, com ressalva à realização do carnaval na cidade de São Paulo, no trecho:

- (A) ... sejam as interdições que obrigam moradores a alterar drasticamente sua rotina de deslocamentos, seja a incivildade de muitos dos foliões. (1º parágrafo)
- (B) Para estes, o carnaval é a hora do pesadelo, que vem se tornando mais tétrico a cada ano que passa. (2º parágrafo)
- (C) ... a algazarra de foliões que estendem a festa até altas horas, fazendo seu carnaval particular em local público. (3º parágrafo)
- (D) Um abaixo-assinado de moradores da Vila Leopoldina levou a Prefeitura a desistir de incluir a Avenida Gastão Vidigal, a principal do bairro, no circuito dos blocos. (5º parágrafo)
- (E) ... período no qual, para muitos, a lei e as regras de civilidade deixam de valer. (6º parágrafo)

09. Nas passagens "... são obrigados a conviver com **seus efeitos mais danosos...**" (1º parágrafo) e "Mas as vítimas **desse descaso** começam a reagir." (4º parágrafo), as expressões destacadas referem-se, correta e respectivamente:

- (A) ao lado ruim do carnaval de rua paulistano; à ação limitada da Prefeitura.
- (B) ao aumento do número de blocos de carnaval; à coibição do comportamento selvagem.
- (C) ao descaso com o carnaval de rua em São Paulo; ao posicionamento da Prefeitura.
- (D) ao comportamento dos participantes do carnaval; à expansão do carnaval.
- (E) às datas de desfiles de rua na cidade de São Paulo; ao abuso do direito à diversão.

10. A palavra "que" está empregada como pronome relativo, imprimindo sentido de restrição ao enunciado, em:

- (A) O número de blocos autorizados pela Prefeitura de São Paulo a desfilar [...] chegou a 644, 180 a mais do **que** no ano passado. (1º parágrafo)
- (B) Para estes, o carnaval é a hora do pesadelo, **que** vem se tornando mais tétrico a cada ano que passa. (2º parágrafo)
- (C) O problema é **que** a Prefeitura tem sido incapaz de oferecer o mesmo tratamento àqueles – grande maioria – que não estarão nos desfiles. (2º parágrafo)
- (D) Os moradores disseram **que** "a região não é servida por metrô e a extensão da avenida não comporta grandes multidões". (5º parágrafo)
- (E) A vitória dos moradores da Vila Leopoldina é um alento para os paulistanos **que** se sentem destituídos de sua condição de cidadãos durante o carnaval... (6º parágrafo)

Leia o texto para responder às questões de números 11 a 18.

Folia agigantada

São Paulo prepara-se para ser palco do maior Carnaval de rua de sua história. Pela primeira vez, a cidade, que já foi apelidada de "túmulo do samba", terá desfiles em todas as suas 32 subprefeituras.

Também em número de blocos, a folia promete expansão inédita. Os números são preliminares, mas as 490 agremiações do ano passado deverão ser largamente suplantadas, com aumento previsto de 70%. Novas atrações também animarão a festa, como o famoso Galo da Madrugada, de Pernambuco.

Levantamentos preliminares sugerem que a capital paulista poderá ser o principal destino turístico do país durante os festejos, suplantando Rio de Janeiro e Salvador. Com isso, projeta-se aumento da circulação de dinheiro, em favor de hotéis, bares, comércio etc.

No cenário animador, um certo clima de ufanismo parece contagiar quadros da prefeitura, que tem em seus membros um carnavalesco conhecido – o secretário de Cultura, Alê Youssef, fundador do bloco Acadêmicos do Baixo Augusta. O carnavalesco, que representa uma face mais progressista do governo municipal, vê no Carnaval também um meio de manifestação política. O secretário já declarou que pretende fazer com que a festa seja um contraponto a ameaças à liberdade de expressão.

A expansão do Carnaval de rua é um fenômeno que se observa há anos em diversas cidades. No Rio, por exemplo, os blocos começaram a reconquistar as ruas a partir da primeira década do século. O retorno do que seria um tipo mais autêntico de comemoração provocou simpatias e elogios da população e de cronistas da festa.

Com o tempo, contudo, a outra face do crescimento da folia foi-se mostrando problemática – a insuficiência de banheiros públicos, o aumento de furtos, o trânsito interrompido, as áreas protegidas ocupadas por blocos não autorizados e o excesso de barulho.

A Prefeitura de São Paulo afirma que reestruturou o planejamento do evento com vistas a diminuir os transtornos. Ao longo de 37 reuniões, os trajetos passaram pelo crivo de diversos órgãos, como CET, SPTrans (responsável pelos ônibus), polícia e GCM (Guarda Civil Metropolitana). Medidas em outras áreas também foram anunciadas.

Cabe às autoridades, agora, fazer com que a propalada reorganização saia do papel e garanta à cidade e a seus moradores um padrão aceitável de funcionamento.

(Editorial, "Folia agigantada". *Folha de S.Paulo*, 05.02.2020. Adaptado)

11. No editorial da *Folha*, as informações que também constam no texto *Hora do pesadelo* são:

- (A) o fato de São Paulo ter-se tornado o grande palco do carnaval; as simpatias e elogios da população pelo evento; a eventual desorganização da festa.
- (B) a superação do carnaval do Rio pelo de São Paulo; o ufanismo que contagia os quadros da prefeitura; a reestruturação do planejamento do evento.
- (C) a expansão do número de blocos carnavalescos; a projeção de aumento da circulação de dinheiro; os problemas de infraestrutura para atender os foliões.
- (D) a ampliação das áreas protegidas das ações dos foliões; o uso do carnaval como meio de manifestação política; o expressivo retorno financeiro da festa de carnaval.
- (E) o entusiasmo da prefeitura com a ampliação dos blocos de carnaval; a projeção de diminuição do número de turistas; a animação do Galo da Madrugada.

12. Observe as informações:

- Dessa forma, cabe às autoridades competentes cuidar para que um acontecimento dessa magnitude transcorra da maneira mais tranquila possível... (*Hora do pesadelo*)
- Cabe às autoridades, agora, fazer com que a propalada reorganização saia do papel e garanta à cidade e a seus moradores um padrão aceitável de funcionamento. (*Folia agigantada*)

A leitura comparativa dos dois trechos permite concluir que ambos os editoriais

- (A) reiteram o descaso com as demandas que surgem quando se trata da realização de um evento da proporção do carnaval, ironizando que as autoridades possam garanti-lo com um padrão aceitável de civilidade.
- (B) sinalizam a necessidade de as autoridades reverem a realização do carnaval na cidade, uma vez que é incontestemente uma série de situações que colocam a integridade física dos cidadãos e dos turistas em risco.
- (C) sugerem que a responsabilidade pelo evento na cidade seja expandida para outras esferas governamentais, já que, com seu agigantamento, é imperioso o emprego de técnicas de segurança mais arrojadas.
- (D) reforçam a necessidade de ações governamentais conjuntas para o evento, embora reconheçam que é impossível a realização de uma festa dessa proporção sem prejuízos a determinadas camadas da população.
- (E) reconhecem o papel protagonista das autoridades no que diz respeito à realização do carnaval dentro dos padrões de civilidade, ressalva que se faz em razão de uma série de problemas que surgem durante esse evento.

13. Na organização das informações no texto, o emprego de verbos no tempo presente cria um efeito de aproximação com o leitor, estratégia que dá mais força aos argumentos apresentados; o uso de tempos que remetem à ideia de hipótese, por sua vez, têm menos força argumentativa. Esses dois recursos de argumentação são, correta e respectivamente, exemplificados com as passagens:

- (A) Com isso, projeta-se aumento da circulação de dinheiro, em favor de hotéis, bares, comércio etc. (3º parágrafo); O retorno do que seria um tipo mais autêntico de comemoração provocou simpatias e elogios da população e de cronistas da festa. (5º parágrafo).
- (B) A expansão do Carnaval de rua é um fenômeno que se observa há anos em diversas cidades. (5º parágrafo); No Rio, por exemplo, os blocos começaram a reconquistar as ruas a partir da primeira década do século. (5º parágrafo).
- (C) Com o tempo, contudo, a outra face do crescimento da folia foi-se mostrando problemática... (6º parágrafo); ... que já foi apelidada de “túmulos do samba”... (1º parágrafo).
- (D) Ao longo de 37 reuniões, os trajetos passaram pelo crivo de diversos órgãos... (7º parágrafo); O secretário já declarou que pretende fazer com que a festa seja um contraponto a ameaças à liberdade de expressão. (4º parágrafo).
- (E) Cabe às autoridades, agora, fazer com que a propalada reorganização saia do papel... (8º parágrafo); A Prefeitura de São Paulo afirma que reestruturou o planejamento do evento com vistas a diminuir os transtornos. (7º parágrafo).

14. No editorial, identifica-se linguagem denotativa na passagem

- (A) “São Paulo prepara-se para ser palco do maior Carnaval de rua de sua história.” (1º parágrafo), na qual se enaltece o carnaval de rua de São Paulo, considerado como o melhor do Brasil.
- (B) “Também em número de blocos, a folia promete expansão inédita.” (2º parágrafo), na qual se mostra que os números do carnaval de São Paulo ultrapassam os de Salvador e do Rio de Janeiro.
- (C) “um certo clima de ufanismo parece contagiar quadros da prefeitura” (4º parágrafo), na qual se sugere uma certa desconfiança na prefeitura quanto à produção de um grande carnaval.
- (D) “A Prefeitura de São Paulo afirma que reestruturou o planejamento do evento” (7º parágrafo), na qual se expressa o papel da Prefeitura na organização do evento para torná-lo melhor.
- (E) “e garanta à cidade e a seus moradores um padrão aceitável de funcionamento.” (8º parágrafo), na qual se ironiza a capacidade de reorganização do carnaval paulista pela Prefeitura da cidade.

15. Assinale a alternativa em que a preposição destacada forma uma expressão cujo sentido é de finalidade.

- (A) ... mas as 490 agremiações do ano passado deverão ser largamente suplantadas, **com** aumento previsto de 70%. (2º parágrafo)
- (B) **Com** isso, projeta-se aumento da circulação de dinheiro, em favor de hotéis, bares, comércio etc. (3º parágrafo)
- (C) **Com** o tempo, contudo, a outra face do crescimento da folia foi-se mostrando problemática... (6º parágrafo)
- (D) A Prefeitura de São Paulo afirma que reestruturou o planejamento do evento **com** vistas a diminuir os transtornos. (7º parágrafo)
- (E) Cabe às autoridades, agora, fazer **com** que a propalada reorganização saia do papel... (8º parágrafo)

16. Com o tempo, contudo, a outra face do crescimento da folia foi-se mostrando problemática – a insuficiência de banheiros públicos, o aumento de furtos, o trânsito interrompido, as áreas protegidas ocupadas por blocos não autorizados e o excesso de barulho. (6º parágrafo)

A reorganização das informações do trecho, em que a expressão escrita atende aos sentidos do texto e à norma-padrão, é:

- (A) Graças ao tempo, no entanto, a outra face do crescimento da folia foi-se mostrando problemática devido a insuficiência de banheiros públicos, o aumento de furtos, o trânsito interrompido, as áreas protegidas ocupadas por blocos não autorizados e o excesso de barulho.
- (B) Devido o tempo, então, a outra face do crescimento da folia veio-se mostrando problemática: a insuficiência de banheiros públicos, o aumento de furtos, o trânsito interrompido, as áreas protegidas ocupadas por blocos não autorizados e o excesso de barulho.
- (C) Com o passar do tempo, porém, a outra face do crescimento da folia foi-se mostrando problemática, evidenciando-se a insuficiência de banheiros públicos, o aumento de furtos, o trânsito interrompido, as áreas protegidas ocupadas por blocos não autorizados e o excesso de barulho.
- (D) Com o tempo concluído, apesar disso, a outra face do crescimento da folia vêm-se mostrando problemática, com a insuficiência de banheiros públicos, o aumento de furtos, o trânsito interrompido, as áreas protegidas ocupadas por blocos não autorizados e o excesso de barulho.
- (E) Ao longo do tempo, de fato, a outra face do crescimento da folia foi-se mostrando problemática? A insuficiência de banheiros públicos, o aumento de furtos, o trânsito interrompido, as áreas protegidas ocupadas por blocos não autorizados e o excesso de barulho mostra que sim.

17. Considere as passagens do texto:

- Pela primeira vez, **a cidade**, que já foi apelidada de “túmulo do samba”, terá desfiles em todas as suas 32 subprefeituras. (1º parágrafo)
- ... o secretário de Cultura, **Alê Youssef**, fundador do bloco Acadêmicos do Baixo Augusta. (4º parágrafo)
- No Rio, **por exemplo**, os blocos começaram a reconquistar as ruas a partir da primeira década do século. (5º parágrafo)
- Com o tempo, **contudo**, a outra face do crescimento da folia foi-se mostrando problemática (6º parágrafo)
- Cabe às autoridades, **agora**, fazer com que a propalada reorganização saia do papel... (8º parágrafo)

Assinale a alternativa em que se apresentam, correta e respectivamente, as justificativas para o emprego de vírgulas em relação às expressões destacadas.

- (A) Expressão está antecedida de oração principal e seguida de oração coordenada explicativa; sujeito; expressão retificativa; conjunção adversativa; advérbio de tempo intercalado.
- (B) Expressão está antecedida de locução adjetiva e seguida de oração adjetiva restritiva; vocativo; expressão comparativa; conjunção concessiva; advérbio de modo intercalado.
- (C) Expressão está antecedida de locução adverbial e seguida de oração adverbial causal; aposto; expressão enumerativa; conjunção conclusiva; advérbio de tempo intercalado.
- (D) Expressão está antecedida de locução adverbial e seguida de oração adjetiva explicativa; aposto; expressão exemplificativa; conjunção adversativa; advérbio de tempo intercalado.
- (E) Expressão está antecedida de oração coordenada assindética e seguida de oração adverbial consecutiva; vocativo; expressão resumidora; conjunção temporal; advérbio de lugar intercalado.

Leia o texto para responder às questões de números 18 a 20.

16 DE JULHO Levantei. Obedeci a Vera Eunice. Fui buscar água. Fiz o café. Avisei as crianças que não tinha pão. Que tomassem café simples e comesse carne com farinha. Eu estava indisposta, resolvi benzer-me. Abri a boca duas vezes, certifiquei-me que estava com mau olhado. A indisposição desapareceu sai e fui ao seu Manoel levar umas latas para vender. Tudo quanto eu encontro no lixo eu cato para vender. Deu 13 cruzeiros. Fiquei pensando que precisava comprar pão, sabão e leite para Vera Eunice. E os 13 cruzeiros não dava! Cheguei em casa, aliás no meu barraco, nervosa e exausta. Pensei na vida atribulada que eu levo. Cato papel, lavo roupa para dois jovens, permaneço na rua o dia todo. E estou sempre em falta. A Vera não tem sapatos. E ela não gosta de andar descalça. Faz uns dois anos, que eu pretendo comprar uma maquina de moer carne. E uma maquina de costura.

Cheguei em casa, fiz o almoço para os dois meninos. Arroz, feijão e carne. E vou sair para catar papel. Deixei as crianças. Recomendai-lhes para brincar no quintal e não sair na rua, porque os pessimos vizinhos que eu tenho não dão socego aos meus filhos. Saí indisposta, com vontade de deitar. Mas o pobre não repousa. Não tem o privilegio de gosar descanço. Eu estava nervosa interiormente, ia maldizendo a sorte.

(Carolina Maria de Jesus. *Quarto de despejo – diário de uma favelada*, 1993)

18. Observe as passagens:

- Cabe às autoridades, agora, fazer com que a propalada reorganização saia do **papel**... (8º parágrafo, editorial *Folia agigantada*)
- Cato **papel**, lavo roupa para dois jovens, permaneço na rua o dia todo. (1º parágrafo, *Quarto de despejo*)

Analisando o emprego da palavra “papel” nos dois textos, conclui-se que,

- (A) nas duas ocorrências, é explorada em linguagem denotativa, sendo atribuído a ela sentido pejorativo.
- (B) na primeira ocorrência, é explorada em linguagem conotativa; na segunda, em linguagem denotativa.
- (C) nas duas ocorrências, é explorada em linguagem conotativa, assumindo duplo sentido em ambas.
- (D) na primeira ocorrência, é explorada em linguagem denotativa; na segunda, em linguagem conotativa.
- (E) nas duas ocorrências, é explorada em linguagem denotativa, sendo o sentido ambíguo no editorial.

19. Ocorre, no texto, variação linguística, adequada à caracterização da personagem; ocorrem, também, trechos que atendem à norma-padrão da língua. Esses usos da língua – com variação linguística e com atendimento à norma-padrão – estão, correta e respectivamente, exemplificados com os trechos:

- (A) E os 13 cruzeiros não dava! / Fiquei pensando que precisava comprar pão, sabão e leite para Vera Eunice.
- (B) ... porque os pessimos vizinhos que eu tenho não dão socego aos meus filhos. / Avisei as crianças que não tinha pão.
- (C) Saí indisposta, com vontade de deitar. / Mas o pobre não repousa. Não tem o privilegio de gosar descanço.
- (D) Eu estava nervosa interiormente, ia maldizendo a sorte. / Eu estava indisposta, resolvi benzer-me.
- (E) Abri a boca duas vezes, certifiquei-me que estava com mau olhado. / Que tomassem café simples e comesse carne com farinha.

20. Assinale a alternativa em que a expressão escrita garante ao trecho – Deixei as crianças. Recomendai-lhes para brincar no quintal e não sair na rua, porque os pessimos vizinhos que eu tenho não dão socego aos meus filhos. – a coesão, a coerência e o atendimento à norma-padrão.

- (A) Quando deixei as crianças, recomendei a elas para brincar no quintal e não sair a rua, todavia os pessimos vizinhos que eu tenho não dão sossego aos meus filhos.
- (B) Deixei as crianças, e recomendei-as que brincassem no quintal e não saíssem na rua, porque os pessimos vizinhos que eu tenho não dão sossego aos meus filhos.
- (C) Deixei as crianças, embora tenha recomendado-lhes a brincar no quintal e não sair à rua, uma vez que os pessimos vizinhos que eu tenho não dão-lhes sossego.
- (D) Os pessimos vizinhos que eu tenho não dão sossego às crianças. Então, quando deixei elas, recomendei-as que brincassem no quintal e não saíssem na rua.
- (E) Como os pessimos vizinhos que tenho não dão sossego aos meus filhos, quando eu deixei as crianças, recomendei-lhes que brincassem no quintal e não saíssem para a rua.

RACIOCÍNIO LÓGICO

21. Considere a seguinte afirmação: Se Carlos é médico, então Selma é auditora de controle externo e André é auxiliar técnico de controle externo.

Assinale a alternativa que contém uma equivalência lógica para a afirmação apresentada.

- (A) Se Selma não é auditora de controle externo e André não é auxiliar técnico de controle externo, então Carlos não é médico.
- (B) Se André não é auxiliar técnico de controle externo ou Selma não é auditora de controle externo, então Carlos não é médico.
- (C) Carlos é médico e Selma é auditora de controle externo, e André é auxiliar técnico de controle externo.
- (D) Carlos é médico, mas André não é auxiliar técnico de controle externo ou Selma não é auditora de controle externo.
- (E) Carlos é médico, mas Selma não é auditora de controle externo e André não é auxiliar técnico de controle externo.

22. Se a fiscalização é feita corretamente e as auditorias são consistentes, então os munícipes estão satisfeitos. Sabendo-se que os munícipes não estão satisfeitos, conclui-se corretamente que

- (A) a fiscalização foi feita corretamente ou as auditorias foram consistentes.
- (B) a fiscalização foi feita corretamente, mas as auditorias não foram consistentes.
- (C) a fiscalização não foi feita corretamente, mas as auditorias foram consistentes.
- (D) a fiscalização não foi feita corretamente e as auditorias não foram consistentes.
- (E) a fiscalização não foi feita corretamente ou as auditorias não foram consistentes.

23. Uma negação lógica para a afirmação "Sou feliz se, e somente se, você é feliz" está contida na alternativa:

- (A) Não sou feliz se, e somente se, você não é feliz.
- (B) Se eu não sou feliz, então você não é feliz.
- (C) Se você não é feliz, então eu não sou feliz.
- (D) Sou feliz e você não é feliz.
- (E) Ou eu sou feliz, ou você é feliz.

24. Considere falsa a afirmação I e verdadeira a afirmação II:

- I. Camila é auditora de controle externo em Ciências Atuariais e Jorge é auditor de controle externo em Ciências Jurídicas.
- II. Se Camila é auditora de controle externo em Ciências Atuariais, então Jorge é auditor de controle externo em Ciências Jurídicas.

Nessas condições, é necessariamente

- (A) verdade que Jorge é auditor de controle externo em Ciências Jurídicas.
- (B) falsidade que Jorge é auditor de controle externo em Ciências Jurídicas.
- (C) verdade que Camila é auditora de controle externo em Ciências Atuariais.
- (D) falsidade que Camila é auditora de controle externo em Ciências Atuariais.
- (E) verdade que Camila e Jorge não são auditores de controle externo.

25. Alberto, Carlos, Douglas e Edgar têm 35, 38, 40 e 41 anos, não necessariamente nessa ordem. Cada um deles trabalha com um tipo de veículo, sendo eles caminhão, carro, motocicleta e ônibus, em municípios distintos, sendo Campinas, Limeira, Marília e Santos, não necessariamente nas ordens apresentadas. Sabe-se que o de maior idade trabalha com carro e seu local de trabalho não é Limeira e, tampouco, Marília; Alberto tem menos idade que Douglas, trabalha em Campinas, não com ônibus, e o mais novo deles trabalha em Limeira, com motocicleta; Edgar não trabalha com ônibus e é mais velho que Alberto e que Douglas. A alternativa que apresenta uma associação correta dessas pessoas é:

- (A) Alberto trabalha com caminhão.
- (B) Douglas tem 38 anos.
- (C) Edgar trabalha em Marília.
- (D) Douglas trabalha em Campinas.
- (E) Alberto tem 40 anos.

26. Observe a sequência de figuras:

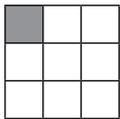


Figura 1

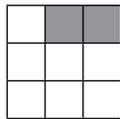


Figura 2

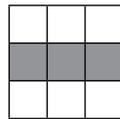


Figura 3

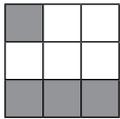


Figura 4

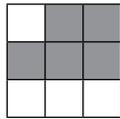


Figura 5

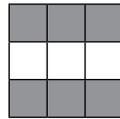


Figura 6

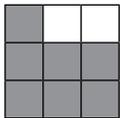


Figura 7

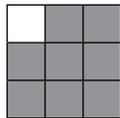


Figura 8

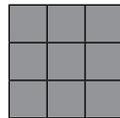


Figura 9

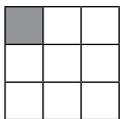


Figura 10

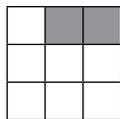


Figura 11

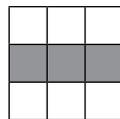


Figura 12

Nessa sequência de figuras, a figura 10 é igual à figura 1, a figura 11 é igual à figura 2, a figura 12 é igual à figura 3, e assim por diante. Dessa forma, na figura 325, o número de quadradinhos com o interior na cor branca será igual a

- (A) 8.
- (B) 6.
- (C) 4.
- (D) 2.
- (E) 0.

27. De um grupo de auditores de controle externo, cada um deles de uma única área, sabe-se que 20% são da área da Economia, 10% dos que não são da área da Economia são da área da Engenharia, e os demais, que correspondem a 180 agentes, são de outras áreas. Logo, o número de auditores de controle externo da área da Economia é

- (A) 60.
- (B) 55.
- (C) 50.
- (D) 45.
- (E) 40.

28. Três máquinas iguais, trabalhando no mesmo ritmo e simultaneamente, produzem 1500 unidades de determinado produto em exatamente uma hora e meia de trabalho. Para produzir 3000 unidades desse mesmo produto, nas mesmas condições de trabalho, é esperado que apenas duas dessas máquinas realizem o serviço em, no mínimo,

- (A) 2 horas e 00 minutos.
- (B) 2 horas e 10 minutos.
- (C) 3 horas e 40 minutos.
- (D) 4 horas e 30 minutos.
- (E) 4 horas e 50 minutos.

29. Uma verba de R\$ 832 mil reais será distribuída entre as filiais A e B de uma empresa, de forma inversamente proporcional aos valores gastos com advogados para as defenderem em processos abertos por clientes insatisfeitos. Se a razão entre os valores gastos pelas filiais A e B com os advogados é $\frac{3}{5}$, então, a filial A receberá a quantia de

- (A) R\$ 138,7 mil.
- (B) R\$ 312,0 mil.
- (C) R\$ 499,2 mil.
- (D) R\$ 520,0 mil.
- (E) R\$ 535,7 mil.

30. Certo vírus foi disseminado pela internet e, inicialmente, foram identificados cinco mil computadores infectados. A estimativa dos profissionais capacitados para resolver o problema é a de que o número $y(x)$ de computadores infectados cresça até um valor máximo m e, a partir daí, ele comecesse a cair, onde $y(x)$ representa o número de computadores infectados após x dias do início da disseminação, com $y(0)$ representando o número de computadores infectados inicialmente. Supondo-se que a razão entre a diferença $y(x) - m$ e o quadrado da diferença $x - 4$ permaneça constante, e sabendo-se que 2 dias após o início da disseminação o número de computadores infectados era 9800, o valor máximo de computadores infectados, ou seja, o número m , é igual a

- (A) 9900.
- (B) 10800.
- (C) 11400.
- (D) 12200.
- (E) 14600.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

ADMINISTRAÇÃO

31. Uma das formas de manifestação das políticas públicas é a política social, principalmente quando se vincula ao estado do bem-estar social. Essa política social se materializa por meio de alguns modelos, como, por exemplo, residual, meritocrático e institucional. O modelo residual se caracterizaria por encarar as políticas públicas como atuando
- (A) por merecimento, pelo princípio da solidariedade, e por ações notadamente corporativas.
 - (B) em um nível mais elevado, pelo princípio da justiça, por ações redistributivas.
 - (C) de forma meramente secundária, pelo princípio da caridade, e por ações voltadas para a assistência social e doações.
 - (D) pelo modelo da seguridade social, pelo princípio da justiça, por ações voltadas para a distribuição e não redistribuição.
 - (E) pelo modelo do seguro social, pelo princípio da solidariedade e por ações para a cobertura de grupos ocupacionais por meio de uma relação contratual.
32. Quanto às formas de avaliação/monitoramento das políticas públicas, aquela que acontece ao longo do processo de implementação, para que os ajustes possam ser feitos durante esse processo, é a avaliação
- (A) *ex post*.
 - (B) *ad hoc*.
 - (C) *ex ante*.
 - (D) *in itinere*.
 - (E) *ad referendum*.
33. Diz-se que o processo de elaboração e execução das políticas públicas (*outputs*) resultam do processamento, pelo sistema político, dos *inputs* originários do meio ambiente e de *withinputs* (demandas originadas no interior do próprio sistema político). Essa visão de todo o processo está sustentada pela abordagem
- (A) estruturalista.
 - (B) sistêmica.
 - (C) burocrática.
 - (D) funcionalista.
 - (E) neoclássica.
34. João Alfredo é funcionário da área de contabilidade pública da Prefeitura Municipal de Santo Antônio dos Perdões. Sua principal função é a verificar se os ganhos obtidos pelos programas sociais superam os gastos realizados com eles, e se são superiores ou inferiores aos de alternativas disponíveis.
- Suas análises são de
- (A) risco-benefício.
 - (B) custo-utilidade.
 - (C) custo-benefício.
 - (D) custo-eficácia.
 - (E) custo-efetividade.
35. No Ciclo PDCA sobre controle de processo, e de plano, a fase que estabelece as metas sobre os itens de controle e também a maneira para atingir as metas, bem como o estabelecimento de padrões é:
- (A) *Do*.
 - (B) *Action*.
 - (C) *Check*.
 - (D) *Feedback*.
 - (E) *Plan*.
36. O indicador de produtividade relacionado à forma de produção de bens e serviços, envolvendo procedimentos de aquisições ou requisições, bem como em dias de prazo para contratação dos mesmos, e, além disso para a própria realização de atividades, é considerado do tipo indicador de
- (A) processo.
 - (B) resultado.
 - (C) insumo.
 - (D) produto.
 - (E) objetivo.
37. Aparecida Maria é técnica da área de monitoramento de políticas públicas do Ministério da Ação Social. Recebeu a incumbência de verificar em todos os projetos qual seria a medida do grau de atendimento dos objetivos que orientaram a constituição de todos os Programas, tendo como referência os seus impactos na sociedade. Essa avaliação se refere ao aspecto de
- (A) objetividade.
 - (B) efetividade.
 - (C) eficácia.
 - (D) economia.
 - (E) execução.

38. O objetivo principal da auditoria de demonstrações contábeis é

- (A) garantir legalmente que as demonstrações contábeis refletem fielmente os fatos e atos da administração por elas sumarizados. Isso é alcançado mediante a aplicação de procedimentos de auditoria voltados à identificação de fraudes e erros.
- (B) identificar por meio das demonstrações contábeis eventuais fraudes ou casos de corrupção pública ou privada que possam por em risco o patrimônio da entidade. Isso é alcançado por meio da elaboração de relatório detalhado de auditoria, com identificação de operações suspeitas.
- (C) auxiliar a administração na apuração dos saldos de encerramento das contas contábeis, validando de forma prévia os procedimentos, metodologias e interpretações das normas técnicas adotadas pelos órgãos de governança da entidade ao longo do exercício financeiro.
- (D) servir de instrumento qualificado auxiliar na formação de opinião acerca da existência ou inexistência de fato concernente ao patrimônio de uma entidade. Isso é alcançado por meio da elaboração de laudo pericial ou parecer técnico pericial de auditoria.
- (E) aumentar o grau de confiança nas demonstrações contábeis por parte dos usuários. Isso é alcançado mediante a expressão de uma opinião pelo auditor sobre se as demonstrações contábeis foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com uma estrutura de relatório financeiro aplicável.

39. O conceito de “risco de auditoria” consiste

- (A) no risco de o auditor vir a ter a sua segurança pessoal e a de sua família comprometidas em razão de trabalho de auditoria realizado.
- (B) no risco de que o auditor expresse uma opinião inadequada quando as demonstrações contábeis contiverem distorção relevante.
- (C) no risco de o auditor vir a se tornar economicamente dependente da entidade auditada, em razão da importância dos trabalhos realizados à entidade para o faturamento do auditor.
- (D) no desvio padrão amostral dos saldos contábeis que fazem parte do escopo da auditoria a ser realizada, conforme o planejamento inicial.
- (E) na incerteza do auditor em relação à qualidade dos controles internos adotados pela entidade e ao nível de envolvimento dos órgãos de governança na elaboração das informações a serem auditadas.

40. Assinale a alternativa que apresenta a definição correta.

- (A) Ceticismo profissional: aplicação do treinamento, conhecimento e experiência relevantes, dentro do contexto fornecido pelas normas de auditoria, contábeis e éticas, na tomada de decisões informadas.
- (B) Risco inerente: risco de que uma distorção que possa ocorrer em uma afirmação sobre uma classe de transação e que possa ser relevante não seja prevenida, detectada e corrigida tempestivamente pelo controle interno da entidade.
- (C) Asseguração razoável: no contexto da auditoria de demonstrações contábeis, é um nível alto, mas não absoluto, de segurança.
- (D) Crítica de auditoria: postura que inclui uma mente questionadora e alerta para condições que possam indicar possível distorção devido a erro ou fraude e uma avaliação crítica das evidências de auditoria.
- (E) Responsável de auditoria: a pessoa ou organização com a responsabilidade de supervisionar de forma geral a direção estratégica da entidade e obrigações relacionadas com a responsabilidade da entidade.

41. A respeito da execução do trabalho do auditor, é correto afirmar que

- (A) o conceito de materialidade não é determinante no planejamento e na execução da auditoria, pois toda distorção identificada merece o mesmo nível de atenção.
- (B) as distorções identificadas são presumidamente consideradas relevantes até prova em contrário, não se podendo dizer o mesmo a respeito de eventuais omissões.
- (C) julgamentos sobre a relevância de uma informação são estabelecidos levando-se em consideração a exigência legal, não podendo o auditor considerar material distorção não ligada a elemento obrigatório das demonstrações segundo a lei.
- (D) a opinião do auditor considera as demonstrações contábeis como um todo e, portanto, o auditor não é responsável pela detecção de distorções que não sejam relevantes para as demonstrações contábeis como um todo.
- (E) as normas técnicas exigem que o auditor exerça o julgamento profissional e mantenha a confiança profissional na administração da entidade auditada ao longo de todo o planejamento e na execução da auditoria.

42. A respeito dos procedimentos de auditoria e dos poderes do auditor independente, é correto afirmar que

- (A) o auditor não é treinado nem obrigado a ser especialista na verificação de autenticidade de documentos, o que pode influenciar na sua capacidade de identificação de eventuais fraudes sofisticadas no âmbito da entidade auditada.
- (B) o auditor independente possui poderes legais específicos, tais como o poder de busca, que podem ser necessários para a investigação de fatos delituosos no âmbito da entidade auditada.
- (C) caso a administração não forneça, intencionalmente, as informações completas que são relevantes para a elaboração das demonstrações contábeis, o auditor deverá adotar as medidas judiciais cabíveis para concluir com segurança o trabalho de auditoria.
- (D) a dificuldade, falta de tempo ou custo envolvido são, por si só, base válida para que o auditor omita um procedimento de auditoria para o qual não há alternativa ou que deva ser satisfeito com evidências de auditoria menos persuasivas.
- (E) o trabalho de auditoria pressupõe ser obrigação do auditor tratar de todas as informações que possam existir ou tratar cada assunto exaustivamente com base na premissa de que as informações são erradas ou fraudulentas até prova em contrário.

43. No curso de auditoria de demonstração financeira, o auditor identificou mensuração de valor de ativo imobilizado que foi realizada com auxílio de especialista externo em engenharia contratado pela administração da entidade auditada. O auditor, então, obtém diretamente do especialista confirmação da informação que consta na demonstração auditada, obtendo ainda a informação de que o especialista já fora contratado diversas outras vezes pela administração para a realização de outros serviços correlatos, sempre mediante o pagamento de honorários consideravelmente elevados, ainda que apropriados à reputação do especialista no mercado.

A respeito da situação descrita, é correto afirmar com base nas normas técnicas e profissionais que regem a atividade de auditoria que

- (A) o auditor deve presumir como correta a informação prestada por especialista externo, uma vez que o próprio auditor não precisa possuir conhecimento técnico na área de engenharia.
- (B) o auditor deve necessariamente, às expensas da administração, contratar contralauzo pericial de forma a confirmar ou desconfirmar a mensuração realizada pelo especialista, uma vez que a informação não foi gerada pela administração.
- (C) o auditor deve se atentar para a possibilidade de ameaças à objetividade do especialista, analisando então eventuais salvaguardas existentes, considerando, no caso, os possíveis interesses financeiros do especialista decorrentes da sua frequente contratação pela entidade.
- (D) não cabe ao auditor avaliar a competência, habilidades e objetividade do especialista, como elemento para seu julgamento a respeito da adequação do trabalho desse especialista como evidência de auditoria.
- (E) se a informação prestada pelo especialista externo não coincidissem com o valor informado na demonstração financeira auditada, o auditor deveria interromper a auditoria até que a administração retificasse o valor lançado em sua contabilidade.

44. Após a data de aprovação das demonstrações contábeis, mas antes da data de divulgação destas demonstrações, chegaram ao conhecimento do auditor independente fatos que, no seu entendimento, deverão ser adequadamente divulgados nas demonstrações contábeis, o que irá requerer ajustes nas demonstrações auditadas anteriormente. Caso o relatório de auditoria já tivesse sido entregue pelo auditor antes de vir ao seu conhecimento esses fatos e a administração se recuse à reapresentação das demonstrações com as modificações necessárias, é correto afirmar que o auditor deverá
- (A) emitir novo parecer e publicar, por sua própria iniciativa, em jornal de grande circulação, alertando para a ineficácia do parecer anterior em face dos novos fatos.
 - (B) notificar a administração e os responsáveis pela governança da entidade auditada, para que não divulguem as demonstrações contábeis a terceiros antes de serem feitas as alterações necessárias.
 - (C) manter-se inerte, uma vez que a sua responsabilidade profissional se esgota com a entrega do parecer de auditoria e se limita às informações conhecidas até a data de conclusão do parecer.
 - (D) emitir novo parecer restrito à mudança realizada e diligenciar para que as demonstrações contábeis sejam divulgadas aos usuários externos com ambos os pareceres de auditoria.
 - (E) apenas obter por escrito a recusa da administração, uma vez que a responsabilidade pelas demonstrações contábeis é exclusivamente da entidade, não cabendo ao auditor impor exigências decorrentes de eventos subsequentes.
45. É correto afirmar sobre a adoção de amostragem na realização de trabalhos de auditoria que
- (A) é considerado um procedimento pouco seguro e que, em geral, deve ser evitado, devendo o auditor dar preferência à análise de toda a população pesquisada, ainda que o custo disso possa parecer elevado em relação ao tempo e aos recursos materiais e humanos disponíveis.
 - (B) a amostragem em auditoria pode ser aplicada usando apenas a abordagem de amostragem estatística, pois a abordagem não estatística não confere segurança razoável para as conclusões a serem obtidas, ainda que combinadas com outras evidências de auditoria.
 - (C) o nível de risco de amostragem que o auditor está disposto a aceitar afeta o tamanho da amostra exigido. Quanto maior o risco que o auditor está disposto a aceitar, maior deve ser o tamanho da amostra.
 - (D) na seleção dos elementos da amostra, é relevante assegurar a existência de viés de maneira que os elementos sejam representativos de um único subconjunto de elementos da população pesquisada.
 - (E) ao considerar as características da população da qual a amostra será extraída, o auditor pode determinar que a estratificação ou a seleção com base em valores é apropriada.
46. A definição de Propriedade para investimento, conforme pronunciamento técnico contábil é:
- (A) a propriedade (terreno ou edifício – ou parte de edifício – ou ambos) mantida (pelo proprietário ou pelo arrendatário como ativo de direito de uso) para auferir aluguel ou para valorização do capital ou para ambas e, não, para uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços ou para finalidades administrativas; ou venda no curso ordinário do negócio.
 - (B) a propriedade destinada à venda no decurso ordinário das atividades ou em vias de construção ou desenvolvimento para tal venda, como, por exemplo, propriedade adquirida exclusivamente com vista à alienação subsequente no futuro próximo ou para desenvolvimento e revenda.
 - (C) a propriedade ocupada pelo proprietário, incluindo (entre outras coisas) propriedade mantida para uso futuro como propriedade ocupada pelo proprietário, propriedade mantida para desenvolvimento futuro e uso subsequente como propriedade ocupada pelo proprietário, propriedade ocupada por empregados (paguem ou não aluguéis a taxas de mercado) e propriedade ocupada pelo proprietário ao aguardo de alienação.
 - (D) a propriedade que é arrendada a outra entidade sob arrendamento financeiro, cujo objetivo não é agregá-lo aos investimentos para ganho de capital.
 - (E) bens destinados à alienação ou mesmo ao arrendamento mercantil operacional, cujo valor será ajustado a valor de mercado ou ao valor em uso.
47. Um evento não planejado ou de outros não esperados que dão origem à possibilidade de entrada de benefícios econômicos para a entidade, como é o caso de uma reivindicação que a entidade esteja reclamando por meio de processos legais, em que o desfecho seja incerto, é denominado de:
- (A) Provisão.
 - (B) Passivo contingente.
 - (C) Ativo contingente.
 - (D) Contas a pagar.
 - (E) Contas a receber.

Leia o balanço patrimonial da Empresa Chega Pra Lá Ltda. em 31.12.2022 e 31.12.2021, conforme a seguir, para responder às questões de números 48 a 50.

	2022	2021		2022	2021
Ativo Circulante			Passivo Circulante		
Caixa e Equivalentes de Caixa	180.000	138.000	Fornecedores	360.000	480.000
Contas a Receber	720.000	576.000	Empréstimos e financiamentos	990.000	1.140.000
Estoques	1.140.000	1.260.000	Impostos e Encargos a Recolher	204.000	120.000
Total do Ativo Circulante	2.040.000	1.974.000	Contas a Pagar	21.000	24.000
			Total do Passivo Circulante	1.575.000	1.764.000
Ativo Não Circulante					
Coligadas e controladas	78.000	108.000	Empréstimos e Financiamentos	669.000	330.000
Títulos de longo prazo	156.000	132.000	Total do passivo não circulante	669.000	330.000
Total do Realizável a Longo Prazo	234.000	240.000			
			Capital	600.000	600.000
Investimentos	540.000	480.000	Reservas	1.470.000	1.140.000
Imobilizado	1.500.000	1.140.000	Total do Patrimônio Líquido	2.070.000	1.740.000
Total do Ativo	4.314.000	3.834.000	Total do Passivo	4.314.000	3.834.000

Informações adicionais:

- A depreciação no ano monta a R\$ 135.000
- A equivalência patrimonial positiva em 2022 foi de R\$ 60.000
- Lucro líquido de 2022 foi de R\$ 330.000
- Lucro líquido de 2021 foi de R\$ 150.000

48. Com base nas informações fornecidas e de acordo com a metodologia de fluxo de caixa método indireto, assinale a alternativa que contém o valor, em Reais, do aumento/diminuição do caixa e equivalentes de caixa.

- (A) 348.000.
 (B) (495.000).
 (C) 189.000.
 (D) (42.000).
 (E) 42.000.

49. Assinale a alternativa que contém o valor, em Reais, do índice de liquidez seca em 31.12.2022.

- (A) 0,57.
 (B) 0,98.
 (C) 1,01.
 (D) 1,15.
 (E) 1,29.

50. Assinale a alternativa com a variação percentual de 2021 para 2022 do índice de rentabilidade do patrimônio líquido final de 2022. Para a resposta, considere o critério de arredondamento do resultado.

- (A) Redução de 5%.
 (B) Aumento de 7%.
 (C) Aumento de 16%.
 (D) Redução de 9%.
 (E) Aumento de 9%.

Leia as informações a seguir da empresa Estrela Dalva Ltda., para responder às questões de números 51 e 52.

Balancete de verificação em 31.12.2022:

Descrição da conta	Reais
Caixa	30.000
Equivalentes de Caixa	105.000
Contas a receber	180.000
Estoques	–
Despesas antecipadas	45.000
Máquinas e equipamentos	750.000
Depreciação de máquinas e equipamentos	150.000
Financiamento a longo prazo	600.000
Capital	240.000
Reservas de lucros	90.000
Vendas líquidas	900.000
CMV	810.000
Despesas administrativas	–
Despesas de salários	90.000
Despesas financeiras	15.000
Receitas financeiras	45.000

O contador da Estrela Dalva está procedendo ao fechamento do balancete do referido exercício, no entanto, necessita ainda incluir alguns lançamentos contábeis, sendo:

- 1) Depreciação do imobilizado e 10% sobre o valor de custo dos bens e será reconhecido como despesas administrativas.
- 2) Dos seguros pagos antecipadamente, 2/3 (dois terços) do saldo da conta é despesa administrativa do exercício.
- 3) O total de receita de juros do exercício deveria ser de R\$ 75.000, já recebidos.
- 4) Os juros sobre o financiamento a longo prazo a ser reconhecido ainda no exercício de 2022 montam a R\$ 30.000.
- 5) Houve uma devolução de vendas da ordem de R\$ 90.000, cujo CMV foi de R\$ 60.000. A empresa restituiu o cliente a vista, por intermédio de transferência bancária.

Trata-se de transações hipotéticas, portanto, não há valores de impostos.

51. O resultado do exercício, em Reais, foi:

- (A) 95.000.
- (B) (95.000).
- (C) 105.000.
- (D) (105.000).
- (E) 125.000.

52. O valor dos estoques remanescentes é

- (A) 30.000.
- (B) 38.000.
- (C) 45.000.
- (D) 57.000.
- (E) 60.000.

ORÇAMENTO PÚBLICO

53. O Orçamento Público, representado em Lei Orçamentária Anual, LOA, pode ser bem conceituado como:

- (A) conjunto de valores para o equilíbrio da situação líquida do tesouro público.
- (B) alocação de receitas e despesas para atender as despesas de capital.
- (C) meio de previsões de valores em função do comportamento da economia.
- (D) demonstração das intenções de governantes nos atendimentos prioritários.
- (E) instrumento com previsibilidades e limites com vistas ao equilíbrio fiscal.

54. Em conformidade com a Lei nº 4.320/1964, assinale a alternativa que corresponde de forma fiel à descrição do princípio orçamentário.

- (A) Orçamento bruto: determina que os valores devem ser apresentados sem duplicidades.
- (B) Não afetação das receitas: veda a vinculação de arrecadação à determinada atividade econômica.
- (C) Exclusividade: estabelece que os valores do orçamento representam autorizações financeiras.
- (D) Unidade: impõe a cada ente federado a apresentação de orçamento individualizado.
- (E) Universalidade: condiciona os fundos, as movimentações de valores e a tributação ao exercício.

55. A elaboração do orçamento obedece a leis, normas e orientações técnicas. A elaboração da proposta cabe ao Poder Executivo. Há determinados núcleos ou agrupamentos, pertencentes à administração direta e indireta, que detalham a proposta em atividades e projetos. Tais núcleos ou agrupamentos são esses denominados na forma legal como:

- (A) unidades de despesas.
- (B) centros de custos.
- (C) unidades orçamentárias.
- (D) centros de despesas.
- (E) centros orçamentários.

56. A execução do orçamento, enquanto programação financeira e cronograma mensal de desembolso, expressos na Lei nº 4.320/64 e na Lei Complementar nº 101/00, poderá ser limitada quando

- (A) ameaçar o cumprimento de metas.
- (B) julgar necessário o mandatário.
- (C) estiver previsto em orçamento.
- (D) determinar o tribunal de contas.
- (E) houver previsão de renúncia fiscal.

57. O controle e a avaliação da execução orçamentária vale-se, além dos preceitos legais, de responsáveis para exercer as funções correlacionadas. Para bem atender a esse objetivo há o amparo do sistema de controle interno. Tal sistema deverá

- (A) fiscalizar o uso dos recursos públicos, punir eventuais erros, omissões ou malversações, sempre que comprovados.
- (B) ser amplo e integrado para evitar riscos, bem orientar quanto a legalidade dos atos e fornecer dados e informações ao controle externo.
- (C) mapear riscos, promover exame de documentação, conferir cálculos e, se necessário, dar início a processos administrativos.
- (D) averiguar, sempre que motivado, responsabilidades e ações de agentes no exercício de suas atividades.
- (E) estar centralizado em unidade administrativa específica para tal finalidade e contar com quadro técnico necessário e atuante.

58. Determinada Prefeitura encaminhou à Câmara Municipal a Lei Orçamentária para aprovação. A forma resumida está na tabela a seguir:

Receitas		Despesas	
1 Receitas Correntes	4.530	3 Despesas Correntes	3.332
1.1 Tributária	1.500	3.1 Pessoal	3.200
1.2 Patrimonial	230	3.2 Material de consumo	120
1.3 Transferências	2.800	3.3 Transferências	12
2 Receitas de Capital	330	4 Despesas de Capital	1.528
2.1 Operações de Crédito	10	4.1 Investimentos	1.400
2.2 Alienações de bens	230	4.2 Inversões financeiras	80
2.3 Amortização de Empréstimos	90	4.3 Transferências	48
Total	4.860	Total	4.860

Com relação ao valores discriminados, em mil Reais, é correto afirmar que

- (A) a aquisição de imóveis em uso será de até 80.
- (B) a venda de ativos irá compor o total de 460.
- (C) o valor que se espera obter por meio de dívidas será de 100.
- (D) a incorporação líquida de ativos totalizará 1.320.
- (E) o endividamento do município será reduzido em 90.

59. O Plano Plurianual, PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, LDO, e a Lei Orçamentária Anual, LOA, atendem a requisitos legais específicos. É possível delimitar o que é atribuído a cada um dada a inter-relação existente entre esses instrumentos de planejamento. Sendo assim, é correto afirmar que

- (A) ao PPA cabe oferecer metas e indicadores gerais que posteriormente estarão especificados na LDO e na LOA.
- (B) é comum aos três instrumentos de planejamento, PPA, LDO e LOA, a determinação de metas fiscais.
- (C) serão metas passíveis de mensuração as presentes no PPA e na LDO, na LOA haverá tão somente alocação de recursos.
- (D) ao PPA cabe apresentar apenas metas, à LDO exclusivamente indicadores e à LOA a alocação de recursos anual.
- (E) irá o PPA abranger quadriênios, a LDO e a LOA triênios, devendo o PPA ser revisto a cada início de mandato.

60. Os Créditos Adicionais para serem abertos por decreto executivo deverão

- (A) corresponder ao estabelecido em diretrizes anuais.
- (B) sempre decorrer de prévia autorização legislativa.
- (C) obedecer ao limite estabelecido nas metas fiscais.
- (D) indicar os recursos para acorrer salvo exceção.
- (E) restringir-se ao atendimento de despesas correntes.

61. Assinale a alternativa que contém o registro contábil sob a ótica patrimonial do recebimento de dívida ativa no valor de R\$ 2.356.000,00 em dinheiro.
- (A) D: Caixa e Equivalentes de Caixa – 2.356.000,00.
C: Créditos de Longo Prazo – 2.356.000,00.
 - (B) D: Receita a realizar – 2.356.000,00.
C: Receita realizada – 2.356.000,00.
 - (C) D: Controle da Disponibilidade de Recursos – 2.356.000,00.
C: Disponibilidade por Destinação de Recursos – 2.356.000,00.
 - (D) D: Caixa e Equivalentes de Caixa – 2.356.000,00.
C: Receita Realizada – 2.356.000,00.
 - (E) D: Perda Estimada de Crédito de Liquidação Duvidosa – 2.356.000,00.
C: Receita Realizada – 2.356.000,00.
62. Conforme as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público, os elementos correspondem às estruturas básicas a partir das quais as demonstrações contábeis são elaboradas. Assinale a alternativa que contém somente elementos das demonstrações contábeis.
- (A) Ativo e Representação Fidedigna.
 - (B) Bancos e Tempestividade.
 - (C) Distribuição aos proprietários e Confiabilidade.
 - (D) Receita e Relevância.
 - (E) Variação Patrimonial Aumentativa e Variação Patrimonial Diminutiva.
63. É correto afirmar, com base na Constituição Federal, sobre as normas de fiscalização contábil, financeira e orçamentária que
- (A) prestará contas qualquer pessoa física que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores pelos quais a União, os Estados e o Distrito Federal, ou os Municípios respondam, mas não as pessoas jurídicas de natureza privada que, em nome desses entes, assumam obrigações de natureza pecuniária.
 - (B) compete ao Congresso Nacional apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento.
 - (C) compete ao Tribunal de Contas aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei, que estabelecerá, entre outras cominações, multa proporcional ao dano causado ao erário.
 - (D) compete ao Tribunal de Contas sustar a eficácia de contrato administrativo assinado por qualquer Poder, em caso de impugnação de sua validade.
 - (E) cabe ao Tribunal de Contas de cada ente estatal a função de auditoria interna das entidades da Administração Direta e Indireta, inclusive empresas públicas e sociedades de economia mista.
64. Sobre as decisões do Tribunal de Contas, é correto afirmar com base na Constituição Federal que
- (A) as decisões do Tribunal de que resulte imputação de débito ou multa terão eficácia de título executivo.
 - (B) deverão ser previamente homologadas pela Comissão Permanente de Fiscalização do Congresso Nacional.
 - (C) são definitivas, não podendo ser questionadas por meio de ação apresentada ao Poder Judiciário.
 - (D) terão caráter orientativo e pedagógico, apenas podendo resultar em aplicação de sanção em caso de reincidência ou dolo grave.
 - (E) serão tomadas monocraticamente por cada um dos Conselheiros, a quem caberá, por sorteio, a análise de representação apresentada ao Tribunal.

65. Com base na Lei nº 9.167/1980, é correto afirmar que compete ao Tribunal de Contas do Município de São Paulo
- (A) dar parecer, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias da data do recebimento, sobre as contas anuais encaminhadas pelo Prefeito.
 - (B) apreciar a legalidade e a conveniência das concessões iniciais de aposentadorias e das pensões concedidas pelo Município.
 - (C) representar ao Ministério Público sobre irregularidades e abusos que verificar no exercício do controle da administração financeira e orçamentária.
 - (D) decretar a prisão administrativa, em caráter cautelar e pelo prazo máximo de 100 (cem) dias ao servidor público em alcance.
 - (E) dar parecer, no prazo de 90 (noventa) dias, sobre as contas anuais encaminhadas pela Mesa da Câmara Municipal ao Prefeito.
66. Com base na Lei nº 9.167/1980, é correto afirmar que as representações dirigidas ao Tribunal de Contas serão arquivadas quando
- (A) forem formuladas por pessoa física.
 - (B) forem apresentadas por pessoa jurídica contratada pela Administração Municipal.
 - (C) não descreverem minuciosamente as supostas irregularidades, o seu enquadramento legal e a totalidade dos agentes envolvidos.
 - (D) revelarem espírito de mera emulação.
 - (E) descreverem irregularidade equivalente a crime contra a administração pública.
67. Com base na Lei nº 9.167/1980, é correto afirmar sobre a instrução dos processos perante o Tribunal de Contas, bem como sobre os poderes do Tribunal e de seus Conselheiros que
- (A) o Tribunal poderá, a qualquer tempo, proceder a auditorias, vistorias ou exames em processos ou documentos, no próprio local onde se encontrem.
 - (B) não é admitida a produção de prova testemunhal nos processos perante o Tribunal de Contas do Município.
 - (C) o não atendimento de requisição do Tribunal de Contas sujeita o agente à multa de 5 vezes o subsídio do Chefe do Poder Executivo.
 - (D) as requisições de documentos serão sempre formuladas pelo Presidente do Tribunal ao Chefe do Poder Executivo ou Legislativo, conforme o caso.
 - (E) é indelegável a competência para a requisição de documentos junto a órgãos da Administração Municipal.
68. Segundo estabelece o Regimento Interno do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, são órgãos do Tribunal de Contas:
- (A) Plenário; Primeira, Segunda e Terceira Turma; e, Relatoria.
 - (B) Plenário; Primeira, Segunda e Terceira Seção; e, Gabinete do Conselheiro.
 - (C) Tribunal Pleno; Primeira e Segunda Câmaras; e, Gabinete do Conselheiro.
 - (D) Câmaras Reunidas; Primeira e Segunda Câmaras; e, Juiz Singular.
 - (E) Tribunal Pleno; Primeira e Segunda Câmaras; e, Juiz Singular.
69. Segundo estabelece o Regimento Interno do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, os procedimentos de fiscalização têm a finalidade de assegurar a eficácia do controle e subsidiar o julgamento de contas, atos e contratos, compreendendo as seguintes modalidades:
- (A) vistorias operacionais; inspeções; auditorias; relatórios; e, amostragens transversais.
 - (B) acompanhamentos; inspeções; auditorias; análises; auditorias operacionais; auditorias transversais; e, análises de função de governo.
 - (C) vistorias; inspeções; auditorias; fiscalizações *ad hoc*; e, tomada de contas especiais.
 - (D) acompanhamentos; inspeções; auditorias; fiscalizações permanentes; e, relatórios.
 - (E) vistorias, acompanhamentos; auditorias; fiscalizações ordinárias; tomadas de contas especiais; e, análises.
70. Conforme diretriz estabelecida na Declaração de Lima (Intosai), os relatórios da Entidade Fiscalizadora Superior
- (A) deverão em regra ter a sua publicidade restrita, dando-se conhecimento exclusivamente às organizações auditadas e aos demais órgãos de controle.
 - (B) deverão ser redigidos em uma linguagem técnica e precisa ainda que possa dificultar a compreensão do público em geral.
 - (C) apresentarão os fatos e sua avaliação de uma maneira objetiva, clara e restrita aos elementos essenciais.
 - (D) deverão desconsiderar os pontos de vista das organizações auditadas sobre os achados, considerando a necessidade de isenção e imparcialidade do relato.
 - (E) não se confundem com os relatórios de fiscalização que podem e devem regularmente ser elaborados pelos Tribunais de Contas no Brasil.

CONHECIMENTOS ESPECIALIZADOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

71. Ao tratar da eficácia e aplicabilidade das normas constitucionais, a doutrina aponta que a diferença de abertura e densidade das normas constitucionais afeta o grau da sua exequibilidade. Assim, é correto afirmar que norma de maior densidade é a que
- (A) prevê que o Supremo Tribunal Federal apreciará a arguição de descumprimento de preceito fundamental, na forma da lei.
 - (B) estabelece como objetivo fundamental da República Federativa do Brasil promover o bem de todos.
 - (C) submete a interferência do Estado sobre a liberdade das pessoas ao devido processo legal.
 - (D) veda a pena de morte em tempos de paz.
 - (E) determina que o civilmente identificado não será submetido à identificação criminal, salvo nas hipóteses previstas em lei.
72. Ao estabelecer as regras para os servidores públicos, a Constituição Federal determina que
- (A) invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, colocado em disponibilidade, com direito à indenização, ou aproveitado em outro cargo, com remuneração compatível com o novo cargo.
 - (B) os ocupantes do cargo de professor terão idade mínima para se aposentar reduzida em 5 (cinco) anos em relação à regra geral, desde que comprovem tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio fixado em lei complementar do respectivo ente federativo.
 - (C) é vedada a existência de mais de um regime próprio de previdência social, facultada a gestão desse regime por mais de um órgão ou entidade em cada ente federativo, abrangidos todos os poderes, órgãos e entidades autárquicas e fundacionais, que serão responsáveis pelo seu financiamento, observados os critérios, os parâmetros e a natureza jurídica definidos na lei ordinária.
 - (D) é vedada a instituição de novos regimes próprios de previdência social, e lei ordinária federal estabelecerá, para os que já existam, normas gerais de organização, de funcionamento e de responsabilidade em sua gestão, dispondo, entre outros aspectos, sobre os requisitos de seu aproveitamento e consequente migração para o Regime Geral de Previdência Social.
 - (E) a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, por lei de iniciativa do respectivo Poder Legislativo, regime de previdência complementar para servidores públicos ocupantes de cargo efetivo, observado o limite mínimo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social para o valor das aposentadorias e das pensões em regime próprio de previdência social, independentemente de opção expressa.
73. A respeito do controle de constitucionalidade de leis municipais, é correto afirmar que
- (A) o controle concentrado de lei municipal pode ser realizado por Controle Difuso e Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, e ainda via Ação Direta de Inconstitucionalidade, tendo como parâmetro a norma constitucional de reprodução obrigatória na Constituição do Estado.
 - (B) o controle concentrado de constitucionalidade de lei municipal em face da Lei Orgânica do Município, que tem *status* de Constituição, é possível por meio do Controle Difuso e Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental.
 - (C) os Tribunais de Justiça podem exercer controle abstrato de constitucionalidade de leis municipais utilizando como parâmetro normas da Constituição Federal.
 - (D) é admissível Ação Direta de Inconstitucionalidade perante o Supremo Federal ou perante o Tribunal de Justiça local, existindo, portanto, controle concentrado de constitucionalidade de lei ou ato normativo municipal em face da Constituição Federal.
 - (E) as Constituições Estaduais que instituíram em seu texto o controle de constitucionalidade de leis e atos normativos municipais em face da Constituição Federal, aumentaram a competência dos Tribunais de Justiça e tornaram possível o controle abstrato.
74. Na repartição das receitas tributárias, a Constituição Federal estabelece que pertence aos Municípios
- (A) trinta por cento do produto da arrecadação do imposto da União sobre a propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis neles situados.
 - (B) vinte por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.
 - (C) o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem.
 - (D) cinquenta e cinco por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios.
 - (E) vinte por cento do produto de arrecadação do imposto da União sobre produtos industrializados, proporcionalmente ao valor das respectivas exportações de produtos industrializados.

75. Ao tratar do direito à assistência social e educação, relativamente aos Municípios, a Constituição Federal estabelece que

- (A) é facultado aos municípios vincular a programa de apoio à inclusão e promoção social até três décimos por cento de sua receita tributária líquida, vedada a aplicação desses recursos no pagamento de despesas com pessoal e encargos sociais.
- (B) estes aplicarão dezoito por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e no desenvolvimento do ensino.
- (C) essas unidades da federação atuarão prioritariamente nos ensinos fundamental e médio e na educação infantil.
- (D) as ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social.
- (E) as cotas municipais da arrecadação da contribuição social do salário-educação serão distribuídas proporcionalmente ao número de alunos matriculados na educação básica nas respectivas redes públicas de ensino.

DIREITO FINANCEIRO

76. Em relação à Lei de Diretrizes Orçamentárias e à Lei Orçamentária Anual, é correto afirmar que

- (A) integrará o projeto de lei de diretrizes orçamentárias Anexo de Metas Fiscais, em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.
- (B) a mensagem que encaminhar o projeto da União apresentará, em anexo específico, os objetivos das políticas monetária, creditícia, securitária e cambial, bem como os parâmetros e as projeções para seus principais agregados e variáveis, e ainda as metas de inflação semestral e para o exercício em curso e do subsequente.
- (C) para efeito da lei orçamentária anual o resultado do Banco Central do Brasil, apurado após a constituição ou reversão de reservas, constitui receita do Tesouro Nacional, e será transferido até o décimo quinto dia útil subsequente à aprovação dos balanços trimestrais.
- (D) para efeito da lei orçamentária anual o impacto da receita e o custo fiscal das operações realizadas pelo Banco Central do Brasil serão demonstrados semestralmente, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias da União.
- (E) integrarão as despesas da União, e serão incluídas na lei orçamentária, as do Banco Central do Brasil e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social relativas a pessoal e encargos sociais, custeio administrativo, inclusive os destinados a benefícios e assistência aos servidores, vedadas despesas de investimentos.

77. Em relação às Finanças Públicas, dispõe a Constituição Federal:

- (A) o banco central poderá comprar e vender títulos de emissão de governos estrangeiros, com o objetivo de reduzir a taxa de juros e amortizar dívidas, vedada a aquisição de títulos emitidos pelo Tesouro Nacional.
- (B) a qualquer tempo, o Presidente da República poderá enviar mensagem ao Congresso Nacional para propor modificação nos projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais, para a Comissão de Constituição e Justiça, da parte cuja alteração é proposta.
- (C) os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual, ficarem sem despesas correspondentes poderão ser utilizados, conforme o caso, mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia e específica autorização legislativa.
- (D) as disponibilidades de caixa da União serão depositadas no banco central e as dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos órgãos ou entidades do Poder Público e das autarquias por ele controladas, em instituições financeiras públicas ou privadas, mediante autorização do Poder Executivo.
- (E) o projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo generalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, imunidades, subsídios e benefícios de natureza financeira e tributária, vedadas as de ordem creditícia.

78. Em relação à classificação da receita e da despesa pública, é correto afirmar que

- (A) são Receitas de Capital as receitas tributária, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras e, ainda, as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas de Capital.
- (B) operações de crédito e alienação de bens classificam-se como receitas correntes, sendo despesas de custeio e transferências correntes, classificadas como sendo despesas de capital.
- (C) se consideram subvenções, as transferências destinadas a cobrir despesas de custeio das entidades beneficiadas, distinguindo-se como subvenções econômicas, as que se destinem a instituições públicas ou privadas de caráter assistencial ou cultural, sem finalidade lucrativa.
- (D) se classificam como transferências correntes as dotações para o planejamento e a execução de obras, inclusive as destinadas à aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas, bem como para os programas especiais de trabalho, aquisição de instalações, equipamentos e material permanente e constituição ou aumento do capital de empresas que não sejam de caráter comercial ou financeiro.
- (E) se classificam como Inversões Financeiras, dentre outras, as dotações destinadas à aquisição de imóveis ou de bens de capital já em utilização.

79. Em relação à disciplina Constitucional dos precatórios, é correto afirmar:

- (A) Antes da expedição dos precatórios, o Tribunal solicitará à Fazenda Pública devedora, para resposta em até 60 (sessenta) dias, sob pena de perda do direito de abatimento, informação sobre os débitos que preencham as condições constitucionalmente estabelecidas.
- (B) A seu critério exclusivo e na forma de lei, a União poderá assumir débitos, oriundos de precatórios, de Estados, Distrito Federal e Municípios, refinanciando-os diretamente, sendo facultada ao credor, conforme estabelecido em lei da entidade federativa devedora, a entrega de créditos em precatórios para compra de imóveis públicos do respectivo ente federado.
- (C) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios aferirão trimestralmente, em base anual, o comprometimento de suas respectivas receitas correntes líquidas com o pagamento de precatórios e obrigações de pequeno valor.
- (D) É obrigatória a inclusão, no orçamento das entidades de direito público, de verba necessária ao pagamento de seus débitos, oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciais apresentados até 1º de junho, fazendo-se o pagamento até o final do mesmo exercício, quando terão seus valores atualizados monetariamente.
- (E) Lei Ordinária poderá estabelecer regime especial para pagamento de crédito de precatórios de Estados, Distrito Federal e Municípios, dispondo sobre vinculações à receita corrente líquida e forma e prazo de liquidação.

80. Nos termos do que dispõe a Lei Complementar nº 123/06, a retenção na fonte de ISS das microempresas ou das empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional deverá observar as normas que especifica e somente será permitida se observado o local onde se considera o serviço prestado e o imposto devido, conforme as determinações da lei que rege a matéria.

Assinale a alternativa na qual consta corretamente uma das normas, exigidas para tal fim, pela Lei Complementar nº 123/06.

- (A) Caberá a retenção na fonte de ISS, na hipótese de a microempresa ou empresa de pequeno porte estar sujeita à tributação do ISS no Simples Nacional por valores fixos mensais.
- (B) Será eximida a responsabilidade do prestador de serviços quando a alíquota do ISS informada no documento fiscal for inferior à devida, hipótese em que o recolhimento dessa diferença será realizado em guia própria do Município.
- (C) O valor retido, devidamente recolhido, será definitivo, não sendo objeto de partilha com os municípios, e, sobre a receita de prestação de serviços que sofreu a retenção, não haverá incidência de ISS a ser recolhido no Simples Nacional.
- (D) A alíquota aplicável na retenção na fonte deverá ser informada no documento fiscal e corresponderá à alíquota efetiva de ISS a que a microempresa ou a empresa de pequeno porte estiver sujeita no mês subsequente ao da prestação.
- (E) Na hipótese de o serviço sujeito à retenção ser prestado no mês de início das atividades da microempresa ou da empresa de pequeno porte, deverá ser aplicada pelo tomador a alíquota efetiva de 3%.

81. Ao tratar do momento em que se considera ocorrido o fato gerador e existentes os seus efeitos, determina o Código Tributário Nacional que a autoridade administrativa poderá desconsiderar atos ou negócios jurídicos praticados com a finalidade de dissimular a ocorrência do fato gerador do tributo ou a natureza dos elementos constitutivos da obrigação tributária, observados os procedimentos a serem estabelecidos em lei ordinária. Referida determinação é conhecida como

- (A) desconsideração formal do fato gerador.
- (B) norma antielisão.
- (C) imposição dissimulatória.
- (D) dissimulação antievasão.
- (E) descaracterização de hipótese de incidência.

82. A alienação ou oneração de bens ou rendas, ou seu começo, por sujeito passivo em débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa, na hipótese de não terem sido reservados, pelo devedor, bens ou rendas suficientes ao total pagamento da dívida inscrita, segundo a jurisprudência dominante, gera presunção

- (A) relativa de fraude.
- (B) absoluta de fraude.
- (C) presumida de insolvência.
- (D) definitiva de impontualidade
- (E) definitiva de insolvência.

83. De acordo com a disposição expressa do Código Tributário Nacional, a _____ abrange exclusivamente as infrações cometidas anteriormente à vigência da lei que a concede e consiste em uma causa de _____ do crédito tributário.

Assinale a alternativa que completa, correta e respectivamente, as lacunas do enunciado.

- (A) isenção ... exclusão
- (B) moratória ... suspensão
- (C) remissão ... extinção
- (D) remissão ... suspensão
- (E) anistia ... exclusão

84. Suponha que a Empreiteira "A" tenha se sagrado vencedora de processo licitatório regularmente concluído no Município "X", tendo assinado contrato administrativo para a realização de obras de engenharia civil para a construção de uma unidade educacional em terreno indicado pelo próprio Poder Público. Seis meses após o início das obras, porém, o terreno no qual a obra estava sendo realizada, após chuvas excepcionalmente fortes, sofre um deslizamento de terra que impede de modo incontornável a continuidade da execução do contrato, sem que se possa atribuir culpa à Empreiteira ou ao Município.

Neste cenário, é correto afirmar, com base na Lei nº 8.666/1993, que

- (A) o evento da natureza citado na situação hipotética inclui-se no âmbito de risco ordinário da atividade da contratada, de maneira que eventual descontinuidade do contrato poderá resultar em indenização em favor do Poder Público.
- (B) se trata de hipótese de força maior, autorizativa da rescisão unilateral do contrato pela Administração, assegurados ao contratado a devolução de eventuais garantias entregues, o pagamento pela execução do contrato até a data da rescisão, e o pagamento de eventuais custos da desmobilização.
- (C) a distribuição de riscos na situação descrita, que culmina com a possibilidade de rescisão unilateral do contrato pelo contratado, é decorrência da indicação inicial pelo Poder Público da localização da obra, com a eleição do terreno para a construção.
- (D) por se tratar de ato da natureza, não é possível na situação a rescisão contratual, sendo, porém, mandatório o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, de maneira a ressarcir eventuais prejuízos causados ao contratado em razão do deslizamento.
- (E) embora se trate o evento de caso fortuito, eventual rescisão do contrato pela Administração deverá se dar em prejuízo da devolução de eventuais garantias entregues pelo contratado e do pagamento de eventuais custos de desmobilização.

85. O Prefeito do Município “Y” deseja estruturar garantia para contrato de operação de crédito com instituição financeira privada utilizando como lastro imóveis municipais. Os técnicos da instituição financeira, então, propõem ao Prefeito que sejam dados em garantia imóveis ocupados com escritórios administrativos da Secretaria de Gestão, pois tais imóveis constituiriam uma melhor garantia. Os técnicos propõem, ainda, que a garantia ocorra na forma de um *sale and lease back*, ou seja, de uma venda dos imóveis à instituição financeira com obrigação de recompra no futuro, seguida do aluguel do imóvel.

Sobre a proposta dos técnicos da instituição financeira, é correto afirmar que

- (A) não é possível estruturar garantia a contrato de empréstimo público valendo-se de imóveis municipais de qualquer espécie, considerando a impenhorabilidade dos bens públicos.
- (B) a proposta dos técnicos seria viável caso se tratasse de um contrato de parceria público-privada, mas não é possível de ser implementada para um contrato de empréstimo.
- (C) a legislação nacional expressamente veda a realização de operação de garantia com imóveis públicos, uma vez que todos os imóveis públicos devem estar dedicados a uma finalidade de interesse geral e coletivo direta e imediata.
- (D) caso sejam utilizados imóveis dominicais da Prefeitura e não imóveis ocupados com escritórios administrativos de Secretaria Municipal, a estruturação da garantia pode ser viável, desde que cumpridos outros requisitos, tais como autorização legal para a alienação dos imóveis.
- (E) a inalienabilidade dos bens públicos é absoluta e atinge tanto os bens de uso comum do povo quanto os de uso especial e os dominicais, tornando inviável qualquer modalidade de concessão de garantia de obrigações do Poder Público por meio de imóveis.

86. A respeito da responsabilização de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, é correto afirmar, com base na Lei nº 12.846/2013, que

- (A) não haverá responsabilidade objetiva, civil ou administrativa, de pessoa jurídica por ato contra a administração pública nacional ou estrangeira, sendo sempre necessária a demonstração de dolo ou culpa.
- (B) a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, aplica-se apenas às entidades de natureza empresarial, não se aplicando às organizações sem fins lucrativos.
- (C) a responsabilização da pessoa jurídica exclui a responsabilidade individual de seus dirigentes ou administradores.
- (D) as sociedades controladoras, controladas ou coligadas não são solidariamente responsáveis pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira praticados pelas respectivas controladas, controladoras ou coligadas.
- (E) nas hipóteses de fusão e incorporação, a responsabilidade da sucessora será restrita à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado, até o limite do patrimônio transferido.

DIREITO URBANÍSTICO

87. Segundo a Lei nº 6.766/79, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano, a infraestrutura básica mínima para os parcelamentos situados nas zonas habitacionais declaradas por lei como de interesse social (ZHIS) consiste de:

- (A) iluminação pública, vias de circulação, escoamento das águas pluviais, rede para o abastecimento de água potável e soluções para o esgotamento sanitário e para a energia elétrica domiciliar.
- (B) escoamento das águas pluviais, iluminação pública, esgotamento sanitário, abastecimento de água potável, energia elétrica pública e domiciliar e vias de circulação.
- (C) vias de circulação pavimentadas, rede para o abastecimento de água potável e soluções para o esgotamento sanitário e para a energia elétrica domiciliar.
- (D) meio-fio ou calçamento com canalização de águas pluviais, sistema de esgotos sanitários, rede de iluminação pública com ou sem posteamento para distribuição domiciliar, escola primária ou posto de saúde a uma distância máxima de 3 (três) quilômetros do parcelamento.
- (E) vias de circulação, escoamento das águas pluviais, rede para o abastecimento de água potável e soluções para o esgotamento sanitário e para a energia elétrica domiciliar.

88. Terreno urbano não edificado de cerca de 1000 m² (mil metros quadrados) foi ocupado por cerca de 200 famílias de baixa renda, que ali construíram habitações precárias e desenvolveram núcleo urbano informal sem oposição do proprietário do terreno por cerca de 7 anos. Durante esse período, porém, as famílias que residiram no terreno se alternaram, não sendo possível comprovar com segurança o período que cada família manteve a posse de cada habitação. Ao final do 7º ano de existência da ocupação, as famílias que viviam no terreno resolvem se associar informalmente, criando grupo que elas passam a chamar de “Associação de Moradores da Vila X”. Esse grupo informal, por sua vez, em litisconsórcio com alguns dos moradores da ocupação, apresenta em juízo petição para promoção de ação de usucapião coletiva, nos termos da Lei nº 10.257/2001 (“Estatuto da Cidade”). Imediatamente após citado na referida ação de usucapião, o proprietário do terreno promove ação de reintegração de posse contra os possuidores do terreno.

Sobre essa situação hipotética, é correto afirmar, com base na legislação nacional, que

- (A) a impossibilidade de comprovação do tempo de permanência de cada família no núcleo informal urbano é óbice intransponível ao reconhecimento da usucapião coletiva.
- (B) o tamanho do terreno ocupado, em comparação com o número de possuidores, torna inviável o reconhecimento da usucapião coletiva nos termos da Lei nº 10.257/2001.
- (C) na pendência da ação de usucapião especial urbana, ficarão sobrestadas quaisquer ações possessórias relativamente ao imóvel usucapiendo, o que atingirá a ação proposta pelo proprietário do terreno.
- (D) a presença da associação de moradores regularmente constituída é fundamental para a viabilidade da ação de usucapião, pois os possuidores não têm isoladamente legitimidade ativa para a ação.
- (E) ainda que se considere a soma do tempo de posse de cada família no terreno, não há, na situação, decurso suficiente de prazo para a aquisição da propriedade por usucapião.

89. Segundo a Lei Orgânica do Município de São Paulo, fica dispensada de autorização legislativa e de licitação a alienação de bem imóvel público municipal no caso de

- (A) imóveis construídos e destinados ou efetivamente utilizados no âmbito de programas habitacionais de interesse social desenvolvidos por órgãos ou entidades da Administração Pública criados especificamente para esse fim.
- (B) transferência para outro órgão ou entidade da Administração Pública de qualquer esfera de governo.
- (C) o uso se destinar à concessionária de serviço público ou haver relevante interesse público e social, devidamente justificado.
- (D) bens dominicais de até 3000 m² (três mil metros quadrados) e valor de avaliação inferior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).
- (E) bens objeto de concessão real de uso a um mesmo particular por mais de 20 (vinte) anos ininterruptos.

90. O Secretário Municipal de Esportes do Município “X” tem a ideia de realizar parceria com entidades privadas sem fins lucrativos para a operação e manutenção de equipamentos esportivos administrados hoje pelo Município. Considerando que haverá desembolso de recursos públicos para o desenvolvimento dessa parceria, ele observa que, em seu orçamento, há crédito orçamentário disponível em valor suficiente, sob a rubrica “Operação e Manutenção de Equipamentos Esportivos em Regime de Parceria com Organizações da Sociedade Civil” e que tal rubrica orçamentária foi incluída em seu orçamento por meio de emenda parlamentar à lei orçamentária anual.

Com base nessa situação específica e na Lei nº 13.019/2014, é correto afirmar que

- (A) não é possível a concretização de parceria com entidades privadas sem fins lucrativos com lastro em recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais.
- (B) o objetivo do Secretário poderia, em tese, ser atingido por meio da assinatura de termo de colaboração, dispensada, no caso específico, a realização de chamamento público em razão da origem do recurso.
- (C) o objetivo do Secretário poderia, em tese, ser atingido por meio da assinatura de acordo de cooperação, dispensada, no caso específico, a realização de chamamento público em razão da origem do recurso.
- (D) o objetivo do Secretário poderia, em tese, ser atingido por meio da assinatura de contrato de gestão com organização social, sendo discricionária, no caso, a realização de chamamento público em razão do objetivo da parceria a ser firmada.
- (E) o objetivo do Secretário poderia, em tese, ser atingido por meio da assinatura de termo de colaboração, sendo indispensável, no caso específico, a realização de chamamento público em razão da origem do recurso.

DIREITO CIVIL

91. Assinale a alternativa que trata especificamente de pessoas jurídicas de direito público interno.
- (A) Os Estados, inclusive os estrangeiros, o Distrito Federal, os Territórios e os Municípios.
 - (B) Os Municípios e as autarquias, inclusive as associações públicas.
 - (C) A União, os partidos políticos e as demais entidades de caráter público criadas por lei.
 - (D) As autarquias, as associações, as fundações e os partidos políticos.
 - (E) As autarquias, inclusive as associações públicas e todas as pessoas que forem regidas pelo direito internacional público.
92. Quando o Município for parte nas modalidades contratuais de obras, serviços, compras, alienações e locações,
- (A) deverá sempre observar a disponibilidade do interesse público.
 - (B) em regra, haverá a aplicação primordial dos princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.
 - (C) no que couber, poderão ser aplicadas normas de direito público.
 - (D) poderá modificar unilateralmente as cláusulas econômico-financeiras e monetárias.
 - (E) não haverá restrições ao uso da cláusula *excepti o non adimpleti contractus*.
93. Sobre bens públicos, assinale a alternativa correta.
- (A) Os bens públicos dominicais são inalienáveis.
 - (B) Os bens públicos de uso comum do povo podem ser alienados.
 - (C) Não dispendo a lei em contrário, consideram-se dominicais os bens pertencentes às pessoas jurídicas de direito privado a que se tenha dado estrutura de direito público.
 - (D) São públicos os bens do domínio nacional pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno e externo.
 - (E) O uso comum dos bens públicos pode ser gratuito ou retribuído.

DIREITO PENAL

94. Aquele que pratica o fato em exercício regular de direito não comete crime, pois, nos termos do artigo 23 do CP, está amparado por uma
- (A) causa supralegal de exclusão da culpabilidade.
 - (B) causa legal de exclusão da culpabilidade.
 - (C) causa excludente de imputabilidade.
 - (D) causa excludente de ilicitude.
 - (E) descriminante putativa.
95. O funcionário público que desvia em proveito alheio um bem particular de que tem a posse em razão do cargo, comete crime
- (A) de apropriação indébita (CP, artigo 168).
 - (B) de peculato (CP, artigo 312, *caput*).
 - (C) de corrupção passiva (CP, artigo 317).
 - (D) de prevaricação (CP, artigo 319).
 - (E) contra as finanças públicas (CP, artigo 359-A).
96. O crime de lavagem de dinheiro, nos termos do § 4º do artigo 1º da Lei nº 9.613/98, tem suas penas aumentadas se for cometido
- (A) em ameaça à solidez e confiabilidade das finanças públicas ou do mercado financeiro.
 - (B) em prejuízo da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios.
 - (C) por funcionário público ou por pessoa sujeita aos mecanismos de controle trazidos pela própria Lei.
 - (D) por meio que dificulte seu rastreamento.
 - (E) de forma reiterada ou por intermédio de organização criminosa.
97. A interpretação da Súmula 599 do Superior Tribunal de Justiça veda a aplicação do princípio da insignificância ao crime de
- (A) roubo.
 - (B) estelionato.
 - (C) contrabando.
 - (D) falsidade ideológica.
 - (E) adulteração de sinal identificador de veículo automotor.

98. No cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa pela Fazenda Pública,

- (A) o exequente não é obrigado a apresentar demonstrativo discriminado e atualizado do cálculo.
- (B) se promovido por mais de um exequente, poderá ser apresentado um único demonstrativo de cálculo para todos os litisconsortes.
- (C) não ocorrendo o pagamento no prazo legal, o débito será acrescido de multa de dez por cento e, também, de honorários de advogado de dez por cento.
- (D) em se tratando de litisconsórcio facultativo multitudinário, poderá ser requerida a limitação do número de exequentes, quando este comprometer ou dificultar o cumprimento da sentença.
- (E) a intimação para apresentar impugnação ao cumprimento de sentença deverá ser feita na pessoa do representante judicial da Fazenda Pública, por meio de publicação no diário oficial.

99. Para demandar, deve a parte ter capacidade processual e capacidade postulatória. A respeito do tema, assinale a alternativa correta.

- (A) A procuração para o foro em geral habilita o advogado para a prática do ato de firmar compromisso e assinar declaração de hipossuficiência.
- (B) Os Procuradores do Estado devem provar sua capacidade postulatória apresentando em juízo a respectiva procuração para a prática de atos processuais.
- (C) Verificada a irregularidade da representação da parte na fase recursal, o processo será extinto, sem resolução do mérito.
- (D) Não se admite a correção de vício de incapacidade processual no âmbito dos tribunais superiores.
- (E) Os Estados poderão ajustar compromisso recíproco para a prática de ato processual por seus procuradores em favor de outro ente federado, mediante convênio firmado pelas respectivas procuradorias.

100. O Código de Processo Civil instituiu um microsistema legal de observância e respeito aos precedentes judiciais, sendo correto afirmar:

- (A) é cabível julgar liminarmente improcedente o pedido que contrariar entendimento dominante do Supremo Tribunal Federal.
- (B) é possível a modulação de efeitos das decisões dos tribunais superiores quando houver alteração da orientação jurisprudencial via recurso repetitivo representativo de controvérsia.
- (C) os enunciados de súmulas do Supremo Tribunal Federal em matéria constitucional e infraconstitucional são de observância obrigatória pelos juízes.
- (D) é possível julgar liminarmente procedente a demanda quando o pedido estiver de acordo com súmula de tribunal de justiça sobre direito local.
- (E) É admissível a assunção de competência quando o julgamento do recurso envolver relevante questão de fato, com grande repercussão social.

